



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE CIÊNCIAS DA
LINGUAGEM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA

LUCILENE DOS SANTOS PASSOS

**SABERES QUE CONSTITUEM A SIGNIFICAÇÃO DA TERRA NO DISCURSO
DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS HIDRELÉTRICAS NO RIO GRANDE DO
SUL DURANTE A DÉCADA DE 70**

ABAETETUBA

2022

LUCILENE DOS SANTOS PASSOS

**SABERES QUE CONSTITUEM A SIGNIFICAÇÃO DA TERRA NO DISCURSO DOS
ATINGIDOS POR BARRAGENS HIDRELÉTRICAS NO RIO GRANDE DO SUL
DURANTE A DÉCADA DE 70**

Trabalho de conclusão de curso que será apresentado à Faculdade Ciências da Linguagem do Curso (Letras- língua Portuguesa) da UFPA - Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Nobre Galvão

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

P289s Passos dos Santos, Lucilene.

Saberes que constituem a significação da Terra no discurso dos atingidos por barragens hidrelétricas no Rio Grande do Sul durante a década de 70 / Lucilene Passos dos Santos. — 2022.
17 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Alessandro Nobre Galvão
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Língua Portuguesa, Abaetetuba, 2022.

1. Formação discursiva . 2. Saberes . 3. Barragens . I. Título.

CDD 401.4

LUCILENE DOS SANTOS PASSOS

**SABERES QUE CONSTITUEM A SIGNIFICAÇÃO DA TERRA NO DISCURSO DOS
ATINGIDOS POR BARRAGENS HIDRELÉTRICAS NO RIO GRANDE DO SUL
DURANTE A DÉCADA DE 70**

Trabalho de conclusão de curso que será apresentado à Faculdade Ciências da Linguagem do Curso (Letras- língua Portuguesa) da UFPA - Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Nobre Galvão

Aprovada em: 20/07/2022

Conceito: EXCELENTE

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alessandro Nobre Galvão (Orientador) –
UFPA

Prof. Me. José Eduardo Pastana Silva (Membro
Interno) – Universidade Federal do Pará/ FCL

**SABERES QUE CONSTITUEM A SIGNIFICAÇÃO DA TERRA NO
DISCURSO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS HIDRELÉTRICAS NO RIO
GRANDE DOSUL DURANTE A DÉCADA DE 70**

RESUMO: Na tentativa de frear os impactos da crise mundial do petróleo durante a década de 70 o governo brasileiro viu nos rios grande potencial para a construção de Usinas Hidrelétricas. Com o projeto de instalação de barragens no Rio Grande do Sul e Santa Catarina se inicia da parte dos atingidos um movimento de reivindicação em cobrança de planos de reassentamento e pagamentos de indenização. Este artigo, examina sob a luz teórico-analítica da análise materialista do discurso, os saberes que indiciam regularidades que se confluem na constituição da formação discursiva que cobra do Estado o ressarcimento de propriedades alagadas. A fundamentação teórica se constitui a partir das leituras em Orlandi (2005) e Michel Pêcheux (1970) mobilizando o edifício teórico de Formação Discursiva, o *Corpus* é constituído pelas materialidades recortadas no boletim nº 2 produzido pela Comissão Regional dos Atingidos por Barragem (CRAB), em 1982.

Palavras-chave: Formação Discursiva, Saberes, Barragens.

ABSTRACT: In an attempt to stop the impacts of the world oil crisis during the 70's, the Brazilian government saw great potential in the rivers for the construction of hydroelectric plants. With the project to install dams in Rio Grande do Sul and Santa Catarina, those affected begin a movement to demand the collection of resettlement plans and compensation payments. This article examines, under the theoretical-analytical light of materialist discourse analysis, the knowledge that indicates regularities that converge in the constitution of the discursive formation that demands from the State the reimbursement of flooded properties. The theoretical foundation is constituted from the readings in Orlandi (2005) and Michel Pêcheux (1970) mobilizing the theoretical edifice of Discursive Formation, the Corpus is constituted by the materialities cut out in bulletin nº 2 produced by the Regional Commission of People Affected by Dam (CRAB) , in 1982.

Keywords: Discursive Formation, Knowledge, Dams.

1. INTRODUÇÃO

Durante a década de 1970, devido à crise mundial do petróleo, o governo militar brasileiro decidiu reorganizar a matriz energética do país, priorizando a produção a partir do aproveitamento hidrelétrico dos rios brasileiros. Na região Sul, os projetos de barragens no rio Uruguai atingiriam os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, com destaque para o município de Carlos Gomes que desapareceria do mapa. A oposição à construção de hidrelétricas culminou no surgimento da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB). A entidade passou a representar os moradores de Carlos Gomes na negociação de seus direitos com o governo federal. Este artigo analisa, à luz dos postulados teórico-analíticos da análise materialista do discurso, o funcionamento do discurso dessa organização, mais especificamente, a partir da análise dos saberes da formação discursiva que o constitui/determina.

Para tal, elegemos, como a materialidade específica desse discurso, o boletim "A enchente do Uruguai". Nele, procederemos ao recorte de sequências discursivas de referência que indiciem as regularidades dos sentidos da resistência aos empreendimentos pretendidos pelo governo. Faremos o desenho das condições de produção do discurso pela consideração dos fatos históricos que propiciaram a irrupção desse discurso. Desta maneira, a produção deste artigo examina a conformação dos saberes da formação discursiva na qual se inscreve o sujeito discursivo que cobra do governo brasileiro um posicionamento acerca dos planos de reassentamento e pagamentos de indenização para os atingidos.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

O início dos anos 70 foi marcado mundialmente por uma crise que afetou grande parte dos países importadores de petróleo. Com a criação da OPEPE (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), os países pertencentes ao grupo tinham controle sobre a exportação e os valores dos barris. Porém, a partir de 1973, em sanção aos Estados Unidos por apoiar as ocupações dos territórios palestinos e israelitas, os países árabes elevaram os preços dos barris, dificultando a importação petroleira não só na Europa como nas Américas.

No Brasil, o momento político era de transição do governo de Emílio Médici para o governo de Ernesto Geisel, ambos inaugurados durante o regime militar (1964- 1985). Geisel buscava investir no plano que visava o desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, o crescimento do setor energético que alimentaria essas indústrias. Porém, tendo a crise mundial do petróleo como forte impasse para este cumprimento, o governo se viu pressionado a buscar outras soluções que cessassem imediatamente os problemas de geração/fornecimento de energia elétrica para subsidiar o planejado crescimento industrial nacional. Segundo Oliveira:

O Brasil era altamente dependente da importação de petróleo e a crise mostrou a vulnerabilidade do país em relação à variação do preço do mesmo. O rápido crescimento da economia no início da década, principalmente devido ao “Milagre Econômico” que trouxe a necessidade de um maior consumo de petróleo e seus derivados para sustentar o crescimento, levou ao limite a capacidade da infra- estrutura de acompanhar as necessidades da economia brasileira, que exigia investimentos em transportes, comunicações e indústrias de base. (OLIVEIRA, 2006, p.18)

Dessa maneira, no ano de 1975, o estado considera alternativas de aproveitamento hidrelétrico dos rios brasileiros para superar o problema da crise energética brasileira. Tendo a bacia do Rio Uruguai como altamente promissora para a instalação de barragens, em 1979, os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina seriam alvo do novo empreendimento da Eletrosul, subsidiária da Eletrobras na região Sul, a saber, a instalação da Usina Hidrelétrica de Machadinho. O empreendimento com potencial energético de 1450 MW alagaria completamente, segundo a CRAB (1982), o município de Carlos Gomes e parcialmente os municípios de Viadutos, Maximiliano de Almeida, Getúlio Vargas, Sananduva, Gaurama, Marcelino Ramos, Paim Filho, Tapejara, São José do Ouro, Barracão e Esmeralda, somando em média um total de 11.370 atingidos.

A Bacia hidrográfica do Uruguai, localizada nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina era habitada por imigrantes italianos e poloneses, os quais vieram ao Brasil estimulados pela propaganda do governo brasileiro em parceria com empresas privadas, a fim de implementar a qualificação da mão de obra no campo. Os distritos de Viadutos e Carlos Gomes foram fundados por estes colonos, após um passado de luta por terras, após anos em busca por um lugar que garantiria o desenvolvimento pleno da agricultura e do extrativismo animal e vegetal, além de terra para as próximas gerações de colonos. Por ocasião dos primeiros estudos de viabilidade técnica da bacia do Uruguai, levados a cabo pela Eletrosul, a população dos municípios atingidos iniciam

processo de discussão sobre possíveis compensações às famílias de agricultores cujas terras seriam inundadas. Esse processo culminou na instituição da KRAB cujo principal papel era o de representar os moradores perante o governo e exigir-lhe seus direitos.

2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CRAB

Com a reabertura do regime democrático no Brasil, no final dos anos 80, os movimentos sociais voltam à ativa na luta campesina. Entre os principais, destacaram-se o Movimento dos Trabalhadores sem Terra MST, frente à luta pelo direito à terra e pela reforma agrária, o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Atingidos por Barragens, segundo Suzart (2012):

Através da luta e de uma história enraizada nos conflitos, é que o conceito de camponês vai carregar consigo um significado político, que demarca principalmente a luta contra a subordinação ao capital, ou seja, a luta pela qual a sociedade está estruturada. (SUZART et al, 2012, p. 6)

Entretanto, foi a partir da situação instaurada na região Sul que os agricultores, professores e moradores da região em conjunto com lideranças políticas e religiosas locais, iniciaram um movimento de resistência em defesa dos atingidos. Os munícipes da região de Carlos Gomes detinham em suas residências os funcionários da Eletrosul impedindo a passagem e delimitação das terras, além de barrar a entrada de veículos e promover a retirada dos marcos dos locais destinados a receber as instalações das barragens, atos cruciais para a organização de uma comissão responsável por orientar e organizar os moradores. Após diversos encontros entre agricultores e autoridades regionais para discutir a situação fundou-se a Comissão Regional dos Atingidos por Barragem (CRAB), sendo oficialmente responsável pela representação dos atingidos e que mais tarde tornou-se o Movimento dos Atingidos por Barragem.

3.3. A ENCHENTE DO URUGUAI

Uma das ferramentas de resistência projetada pela CRAB foi a produção de boletins informativos que continham esclarecimentos sobre os passos dados pela Eletrosul e o andamento das obras. As edições denominadas “A Enchente do Uruguai” eram distribuídas para os moradores e apresentavam mapas, ilustrações e charges. Eram organizadas de acordo com os assuntos de maior relevância, fazendo inicialmente um raio x da situação geral das instalações, enfatizando os danos deixados por elas em cidades com obras em andamento. Pelas edições, os atingidos ficavam a par de todas as

decisões tomadas por ambas as partes, fóruns, reuniões ou congressos e orientações de como proceder diante de propostas de compra ou indenizações de terras e planos de realocação. Os folhetos ainda destinavam o espaço para denunciar a situação dos moradores atingidos por barragens em outras regiões.

Vale ressaltar que os primeiros boletins produzidos pela CRAB não se opunham totalmente à instalação das barragens na bacia do Rio Uruguai, mas condicionavam a evolução do empreendimento à indenização justa pelas terras alagadas, bem como a indenização equitativa pelas benfeitorias e propriedades de cada família afetada. A principal preocupação da comissão era a garantia de que os colonos trocariam suas terras por novas terras que os proporcionassem viver da mesma maneira que viviam em suas localidades. Com o andamento dos projetos da Eletrosul, os novos periódicos passaram a indicar uma mudança de interesses da parte dos colonos, a troca de terras por terras já não parecia tão viável do ponto de vista sociocultural. Além disso, a empresa indiciava a partir das primeiras negociações que as indenizações não seriam justas comparadas à somatória de bens dos atingidos. Dessa forma, os boletins passam a recomendar a recusa de negociações, levando os colonos ao discurso de recusa radical à instalação das barragens.

4. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A década de 60 foi revolucionária para os estudos da linguagem e produção de sentidos afastando-se da teoria de que a língua é um sistema de significados isolados presentes no interior gramatical e sociolinguístico, Michel Pêcheux passa a considerar o discurso como uma materialidade de processos históricos e sociais que apresentam sentidos ocultos por trás de sua materialização. Logo, a produção dos discursos também estaria intrínseca às relações capitalistas e à luta de classes, tendo sua constituição baseada em construções ideológicas que se evidenciam no sujeito que o produz.

É na dispersão dos sentidos que as regularidades se unem em formações discursivas, cuja noção tange o andamento da pesquisa na busca por sequências discursivas que acusem saberes presentes nas regularidades dos discursos dos boletins A Enchente do Uruguai. Embora o conceito de formação discursiva apresente variações teóricas Pêcheux (1997) mobiliza questões como a luta de classes e a ideologia para formular sua concepção, considera que:

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina "o que pode e o que deve

ser dito" (articulado sob a forma de uma alocução, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (PÊCHEUX, 1997)

Assim, a formação discursiva se apresenta como um recorte de regularidades presentes na dispersão do interdiscurso. Portanto, identificar os enunciados que indicem os saberes de determinada FD é fundamental nos processos de compreensão e formação de sentidos, bem como na investigação das interpelações ideológicas presentes no discurso de cada sujeito que a constitui.

Ao examinarmos os recortes de enunciados dos boletins, objetivamos, justamente, identificar os saberes da formação discursiva que regula o discurso do sujeito agricultor, considerando pistas que indicem a maneira como, imaginariamente, objetos como terra, propriedade, benfeitorias são discursivizados. Segundo Orlandi, na relação de forças “podemos dizer que o lugar que a partir do qual esse sujeito fala é constitutivo do que ele diz, [...] Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são as relações de força, sustentadas no poder desses lugares diferentes, que se fazem valer na comunicação.” (ORLANDI, 2015, p.37) Sendo assim, podemos dividir as relações de forças entre os envolvidos na construção das barragens em minorias que se opunham, composta por agricultores, madeireiros, camponeses e trabalhadores braçais e a empresa Eletrosul, que contava com incentivo do governo Federal.

Após delimitarmos as fronteiras dos discursos que interrogam seus direitos pela terra frente à instalação, adentramos na investigação dos saberes responsáveis pelas regularidades desses dizeres. Com base nos recortes feitos no boletim, nota-se um ponto em comum nos dizeres presentes: a maneira em que a Terra é significada pelos atingidos. Se por um lado a Eletrosul considerava a terra apenas como um grande terreno a ser alagado, pelo outro os atingidos davam um sentido muito mais profundo para suas posses, segundo Orlandi:

A palavra “terra” não significa o mesmo para um índio, para para um agricultor sem terra e para um grande proprietário rural. Ela significa diferente se a escrevemos com letra maiúscula Terra ou com letra minúscula terra. Os usos se dão em condições de produção diferentes e poder ser referidos a diferentes formações discursivas. (ORLANDI, 2015, p. 42)

Neste sentido, em diversos trechos presentes nos boletins identificamos saberes que advêm de diferentes lugares na construção de suas significações.

5. RECORTE DAS SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS

Os boletins produzidos pela comissão dos atingidos por barragens eram caracterizados pelo intuito de informar os possíveis atingidos de como a instalação se daria, além de mostrar como as barragens construídas anteriormente prejudicaram os moradores atingidos. O documento também contava com o depoimento de afetados por empreendimentos já construídos e relatos de moradores da região do Alto Uruguai. Para o recorte das materialidades em sequências discursivas, utilizamos o segundo boletim produzido pela CRAB no ano de 1982, nele buscaremos indícios de saberes que se conformam ao qual chamaremos de Formação Discursiva X (FD X), estritamente falando, saberes relativos a terra que se conformam nesta FD.

A relação do homem com a terra existe desde antes da construção da civilização moderna, a partir do período paleolítico essa relação passa se estreitar com o surgimento da agricultura e a aproximação desta cultura com as crenças religiosas. Ao decorrer dos tempos as práticas de agricultura foram se modernizando e se difundindo tornando-se uma das principais fontes de sustento e renda no mundo. No Brasil, país referência em produção agrária, a agricultura familiar garante meios de subsistência a famílias por gerações inteiras, tradições repassadas de pais para filhos e que reforçam cada vez mais a ligação do sujeito para com a terra.

Na região Sul, este era o cenário dos colonos antes de serem assolados pela notícia da instalação das barragens e a inundação de suas propriedades. Inicia assim a reivindicação dos atingidos pelo direito à terra com base em argumentos que advém de diferentes lugares do interdiscurso e portanto adquirindo novos sentidos a cada formulação ao “se deslocar discursivamente de sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1997, p. 53). Porém não se pode afirmar que o movimento que reivindicava a justa indenização se deu radicalmente desde o início das investidas da Eletrosul. É o que observamos na sequência discursiva (S.D) retirada do boletim 2 onde o agricultor, em depoimento à câmara federal, analisa a situação com determinada abertura para o andamento da obra.

Sequência discursiva 1:

“Nossa preocupação maior é no aspecto sócio econômico.

O governo manda projetar barragens para o desenvolvimento e progresso do País, eu acho até louvável, mas nos preocupa porque ao mesmo tempo não é estudado um projeto de reassentamento para os atingidos.

visa-se mais a máquina que a pessoa humana, verdadeira força de produção de um trabalho inteligente .

O governo diz não ter dinheiro para desapropriar latifúndios do Rio Grande do Sul para servir aos “Sem Terras” mas tem para expulsar milhares de Agricultores da bacia do Uruguai, **de terras altamente produtivas para cobrir com água...**”

(Boletim nº2, 1982, p.2)

Neste trecho de março de 1982, o presidente da Eletrosul acabara de anunciar o início das obras das barragens em 1983 no Rio Grande do Sul e em 1985 em Santa Catarina. As negociações estavam em pleno andamento e os colonos recebiam promessas de que com as usinas hidrelétricas o custo da energia ficaria muito mais barato. A sequência deixa claro que o aspecto sócio-econômico era prioridade a ser esclarecida nas negociações com o Estado.

Ao pontuar que os planos de reassentamento não eram preocupação do governo o sujeito adentra nas questões de lutas campesinas pela terra onde analisamos a seguinte questão, a desapropriação de uma propriedade rural poderia sim ser feita em prol de um projeto que beneficiaria grande parte da população, porém do lado dos movimentos sociais do campo o debate estava centrado no cumprimento da função social da terra. Se por um lado havia grandes propriedades nas mãos do Estado ou de latifundiários sem direito a posse, servindo para fins especulativos ou apenas para acúmulo de capital, por que do outro, as terras que garantiam sobrevivência e renda para os colonos cumprindo seu papel funcional para “um trabalho inteligente” poderiam ser inundadas?

Assim, as formações imaginárias que esses sujeitos projetam sobre objeto fazem com que a Terra alagada signifique terra sem vida, terra sem função. Além disso, tirar os colonos de suas propriedades, sem a segurança de reassentamento em um local favorável, também significaria deixá-los sem função, visto que tais sujeitos chegaram ao país com o intuito de promover a colonização e desenvolver a produção agrícola familiar. A sequência reforça o vínculo do sujeito com o objeto do discurso que refere

uma relação de dependência mútua, deste modo, o colono depende da terra para sobreviver e a terra precisa do colono para ser plenamente produtiva.

Adiante, na secção destinada dar esclarecimento sobre a indenização, a sequência 2 mostra que a prioridade para os colonos era a troca de Terra pela Terra, porém as novas propriedades deveriam obedecer uma série de requisitos para que este acordo fosse feito, um deles era que as famílias fossem realocadas dentro do estados do Rio Grande do Sul ou Santa Catarina, ou seja, no estado no qual firmaram suas raízes. do contrário o boletim determinava, a partir do aparato legal, como as indenizações deveriam ser calculadas:

Sequência discursiva 2:

Se não houver o acordo de TERRA POR TERRA a lei prevê o seguinte:
Segundo a lei a quantidade a ser paga deve obedecer os seguintes acordos:

- Um valor negociado entre o governo e o dono da terra.
- O valor que o proprietário declarou no cadastro do INCRA.
- O valor que está no cadastro mais as benfeitorias e a correção monetária, desde a época do cadastro. (Boletim nº2, 1982, p.2)

Neste recorte notamos a ênfase que o boletim dá para a preferência para que os colonos firmem um acordo com troca de propriedades. Devido ao grande número de atingidos trabalharem diretamente com a terra, este objeto assume na Formação Discursiva X um sentido de um bem material que garante a subsistência e produtividade na colheita. Na perspectiva de como esse objeto era significado, Pêcheux aponta para os processos de mudança de sentido a partir dos locais ideológicos nos quais os sujeitos se inscrevem:

[...] as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às posições ideológicas...” (PÊCHEUX, 1997, p. 160)

Assim, ao assumirem a posição-sujeito agricultor, o objeto Terra passa a ser discursivizado como um bem de grande valia que não poderia ser trocado por um valor insignificante ou mesmo por uma nova terra que não pudesse suprir as expectativas de produtividade, pois era dali que esses sujeitos tiravam grande parte de seus subsídios e garantiam sua sobrevivência. Além disso, aceitar um valor em dinheiro não implicaria necessariamente que este colono conseguiria comprar um novo terreno

equivalente ao valor do antigo, ou mesmo encontrar um local que se assemelhasse às condições que ele já tinha.

Para estes sujeitos, legitimar o acordo “Terra por Terra” era possibilitar um recomeço com a segurança de que em um novo local, mesmo sendo de fertilidade inferior, tudo poderia ser recuperado com o tempo e com o trabalho. Mais uma vez o vínculo homem/terra, é destacado na perspectiva de “onde há terra produtiva, há condição de sobrevivência/ onde há terra, há vida”. Relação esta que dificilmente conseguiria ser reproduzida com o dinheiro, pois o dinheiro se esgota, a terra por sua vez, produz.

A próxima sequência foi recortada da seção intitulada “Como o agricultor vê as barragens”, aqui enfatizamos a percepção que o sujeito tem pela vida no campo ao asseverar que não conseguiria seguir normalmente uma vida em um local onde não pudesse exercer a prática da agricultura:

Sequência discursiva 3:

Pelo que já se viu antes, os barrageiros nunca vão pagar um preço justo. Não interessa ir para a cidade, abandonar a função da roça. Pra ser maloqueiro de vila? É só isso que eu iria ser. Não tenho estudo nenhum, só sei plantar. E já vi colono bom virar marginal quando deixou a lavoura.

(Edgar Minerz, Agricultor. Alecrim- RS) (Boletim nº2, 1982, p.15)

Neste recorte fica evidente a relação indissociável que o sujeito faz de sua vida com a terra. Ao dar ênfase para a utilização do termo “só sei plantar”, temos que as reivindicações que exigiam “Terra por Terra” apontavam para além de sua função social de fertilidade e de garantia de trabalho e subsistência. Ao retomarmos a questão dos acordos serem firmados apenas com o pagamentos de indenizações em dinheiro, incluindo benfeitorias e terras, nos voltamos para os seguintes questionamentos: para onde estes colonos “sem terra” iriam? No que trabalhariam? No recorte o sujeito sugere como resposta de tais questionamentos uma vida de marginalização nos centros urbanos. Para estes sujeitos seria improvável recomeçar uma nova vida na cidade, sem perspectivas de empregos tanto por falta de oportunidade (considerando que a questão do êxodo rural abala seriamente a marginalização do sujeito do campo), quanto por falta de

capacitação profissional, pois o trabalho com a agricultura era o único domínio daqueles colonos por gerações.

Posto isso, acentuamos a projeção que o sujeito faz sobre o objeto é fruto do trabalho do imaginário na ideologia que o determina, Orlandi, afirma que “ Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio- histórica.” (ORLANDI, 1999, p. 40) A conjuntura dos atingidos, naquele momento, determinava que sim, a Eletrosul poderia instalar as barragens mediante as condições previstas, e que era possível reconstruir e reproduzir uma cidade capaz de sustentar um modelo de vida análogo ao modelo atual. Tais considerações nos permitem definir que os sujeitos inscritos na FD X discursivizavam o objeto do discursivo majoritariamente para fins de produtividade, com o adendo que aquele era o único meio possível de subsistência. De s sa maneira, acreditava-se que a replicação das condições de vida poderia ser feita em qualquer outro lugar que atendesse as demandas dos colonos sem grandes interferências nos aspectos sócio afetivos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por regularidades presentes na Formação Discursiva de resistência à instalação das barragens na Bacia do Rio Uruguai salienta discursos que se regularizam a partir dos saberes presentes nos dizeres veiculados pelo Boletim a Enchente do Uruguai. Tais produções são fortemente influenciadas pela configuração ideológica que interpela esse sujeito. É a partir do lugar de fala no qual esse sujeito está inserido que o imaginário opera, fazendo com que a função social da terra, ou seja, do objeto do discurso, signifique de maneira diferente em formações discursivas distintas. Neste jogo de significações destacam-se o papel da ideologia, operante no inconsciente, responsável por interpelar o sujeito e influenciá-lo nos processos de identificação e o contexto que possibilita ou não a (re) produção de determinados dizeres.

É dentro desse jogo de deslizamentos e repetições que os saberes aqui identificados se encontram com novas formulações tornando-se suscetíveis a adquirir novos sentidos, nesse aspecto, é importante salientar que a comissão dos atingidos continuou a lançar mais números do boletim de acordo com as novidades acerca do andamento dos projetos barrageiros, portanto ao analisar materialidades discursivas recortadas do segundo boletim nosso foco ficou centrado na análise dos saberes iniciais que em conformação deram surgimento a Formação Discursiva X. Sendo assim, embora o principal ponto cobrado pelos sujeitos

estivesse centrado na reivindicatória de Terra por Terra, com determinada possibilidade de ceder ao projeto da Eletrosul, é equivocado pensar na imutabilidade desses sentidos nessa formação, estes processos demarcam como os entrelaces sociais e ideológicos em consonância com o funcionamento do imaginário se associam na constituição de uma F.D mostrando o quão complexo é descrevê-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS. **A enchente do Uruguai**. Erexim, v. 2, nº 2, março, 1982

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 12ª Edição. Pontes Editores, Campinas, SP. 2015.

ORLANDI, Eni. P. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009 [1988].

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. **A propósito de uma análise automática do discurso: atualização e perspectiva**. In: GADET, Françoise e HAK, Tony. Por uma análise automática do discurso. Uma introdução a Obra de Michel Pêcheux. Tradutores: Bethania S. Mariani et al. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

OLIVEIRA, Ilana Paiva. **Efeitos da Crise do petróleo de 1973 no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Economia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 136. 2006

SUZART, Emanuele; SILVA, José; SILVA, Simone. **Movimentos Sociais do Campo em Defesa da Educação do Campo**. In: Anais do Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade" VI. São Cristóvão, 2012.